

# Desenvolvimento multidimensional: Alternativas para Piranguçu – MG.

## Development multidimensional: Options for Piranguçu - MG

Edson Trajano VIEIRA [1](#); José Alexandre C. RIBEIRO [2](#)

Recibido: 02/02/17 • Aprobado: 24/02/2017

### Conteúdo

- [1. Introdução](#)
- [2. Referencial Teórico](#)
- [3. Método](#)
- [4. Resultados e discussão](#)
- [5. Considerações finais ou Conclusão](#)

### Referências

#### RESUMO:

O presente artigo apresenta as abordagens sobre as dimensões que estão inseridas no processo de desenvolvimento. Abordagens esta que transcendem a geração de riqueza somente, entendendo que desenvolvimento está diretamente ligado às melhorias das condições de vida do indivíduo. Assim de forma explícito, o tema aborda o desenvolvimento multidimensional, alternativas para Piranguçu – MG. Um pequeno município mineiro localizado na mesorregião sul / sudoeste de Minas, divisa com os municípios paulista de Campos do Jordão e São Bento do Sapucaí. Tem como objetivo estudar as dimensões do processo de desenvolvimento e as ações existentes na localidade mineira. Como método de pesquisa optou-se por pesquisa bibliográfica. Como resultado constata-se que os índices locais seguiram a tendência nacional. A evolução nos índices de desenvolvimento apresentado pelos indicadores usados está em igual proporção aos índices de desenvolvimento Estadual e Nacional. Portanto é necessário despertar o desejo local para que aconteça um processo de desenvolvimento, e que este seja pautado no sentido amplo, considerando pelo menos estas dimensões aqui apresentadas.

**Palavras-chave:** Gestão. Desenvolvimento Multidimensional. Crescimento Econômico.

#### ABSTRACT:

This paper presents an approach to the dimensions that are inserted in the development process. An approach that transcends the generation of wealth only, understanding that development is directly linked to improvements in an individual's life conditions. So explicit, the topic addresses the multidimensional development, alternatives to Piranguçu - MG. A small mining town in the Mesoregion south / southwest of Mines, bordering the municipalities of São Paulo Campos do Jordão and São Bento do Sapucaí. It aims to study the dimensions of the development process and existing shares in the mining town. As a research method we chose to literature. As a result it appears that local indexes followed the national trend. Developments in development indices presented by the indicators used are in equal proportion to the levels of state and national development. So the site desire awakening is necessary for it to happen a process of development, and that this be guided in the broad sense, considering at least these dimensions studied here.

**Keywords:** Management. Multidimensional development. Economic growth.

# 1. Introdução

Promover alternativas que sejam facilitadoras de desenvolvimento tem sido um grande desafio para os gestores públicos que estejam comprometidos com o bem estar dos indivíduos, considerando que somente os atores públicos não são capazes de promovê-lo de forma isolada. Necessitando, portanto de integrar os diversos atores de uma determinada localidade.

Para o conceito de localidade, busca-se o entendimento de espaço. Por vez espaço é a totalidade de lugares conforme explica Dallabrida (2003). O autor caracteriza lugar como sendo a expressão materializada do global, produzido na articulação contraditória entre a mundialidade e a especificidade. Portanto a somatória de lugares caracteriza regiões e estas quando próximas definem os territórios. Estes últimos são lugares com características próprias, onde acontecem relações entre indivíduos e natureza.

Neste caso em especial, será abordado desenvolvimento em uma cidade no Sul de Minas – Piranguçu, com seus 5.475 habitantes (IBGE, 2015). Entretanto este estudo é pautado numa abordagem multidimensional, ou seja, considerando seus aspectos desenvolvimentistas nas dimensões: econômica, política, social, ambiental e cultural. Seria uma análise sem sentido, considerar desenvolvimento somente com enfoque econômico sem considerar suas interdependências com outros segmentos que impactam na vida dos indivíduos.

Para Santos et al, (2012) desenvolvimento tornou-se tanto um *slogan*, quanto um termo multiparadigmático. Assim, completa o autor que o conceito vem sendo construído com base em três vertentes: primeiro desenvolvimento como crescimento econômico; segundo, desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e por fim desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental.

Considerando as três dimensões básicas estabelecidas pelo autor, podemos então entender a importância de se atender aos múltiplos aspectos quando primamos por estudar o processo desenvolvimento de uma determinada região ou até mesmo um país.

Ainda assim, quando se fala em desenvolvimento, segundo Pereira (1982) tem se por pensamento que este é um processo de transformação, econômica, política e social que objetiva melhorar o padrão de vida dos indivíduos. Se desenvolvimento for mensurado somente não campo econômico não proporcionando modificações nas esferas, sociais, políticas, ambientais e culturais, é por que de fato não houve desenvolvimento, ou então este foi muito superficial. Afirma o autor.

Tratar de um tema imprescindível, que vem se fazendo presente entre os intelectuais e acadêmicos, precisa-se fazê-lo sob uma visão analítica global. Porém na ação prática ainda falta muito que fazer.

Diante das adversidades regionais e, portanto por um Estado mais presente que não seja somente para arrecadar é que se busca discutir desenvolvimento para esta determinada região do Sul de Minas, como forma de melhorar a condição de vida de seus moradores e também como maneira de integrar seus atores em um projeto superior à política de Estado, mas com o apoio desta.

Acredita-se que o tema é de grande relevância para a sociedade civil e acadêmica. Pois vai estudar uma região específica que servirá de base para formação e aperfeiçoamento de modelos viáveis de serem aplicados em diversas regiões deste Brasil. Os conceitos serão vivenciados de forma mais próxima da realidade, indo ao encontro dos conhecimentos teóricos da academia.

Para melhor compreensão do assunto, primeiramente será abordado no referencial teórico o conceito de desenvolvimento com uma análise multidimensional, considerando sua amplitude máxima integrando conceitos para os campos da economia, da política, da área social da área ambiental e a cultural. Em seguida será feito uma análise do método de pesquisa, bem como os critérios, explicando os procedimentos adotados. Apresentando os objetivos, a abordagem e delineamento. Por fim serão apresentadas informações sobre os resultados alcançados com as

## 2. Referencial Teórico

### 2.1. Desenvolvimento: um conceito multidimensional.

Tomando por base a definição de desenvolvimento presente nos dicionários, vamos encontrar como sinônimos, avanço, progresso, crescimento, etc. Porém quase todos estes e outros sinônimos não citados, nos remetem à ideia de aumento do poderio monetário dos indivíduos, ou seja, relacionam-se à renda per capita. O que não é descartado. Porém desenvolvimento pode e deve ser analisado com outros focos, conforme aborda Pereira (1982) que remete ao conceito de melhoria do padrão de vida.

Vieira (2009), afirma que o desenvolvimento depende ainda dos valores da sociedade, podendo de certo modo, se opor à ideia de progresso econômico, uma vez que seu principal objetivo é ir além do aumento da oferta de bens e serviços. O autor vem reafirmando assim a posição de Pereira (1982).

Já faz algum tempo que a análise do processo do desenvolvimento deixou de focar somente no acúmulo de valor monetário e passou a ir além, entendendo que o desenvolvimento é percebido quando este apresenta uma mudança na qualidade de vida das pessoas. (PEREIRA, 1982). Desta forma altera as características econômicas de uma região. E é exatamente neste ponto que se pretende focar. Portanto aqui evidencia-se a necessidade de uma visão global sobre o conceito em questão.

Considerando o enfoque econômico, Santos (2012), faz uma abordagem fundamentada no que o desenvolvimento é visto como a força motriz capaz de conduzir uma sociedade atrasada a uma sociedade avançada. Desenvolver é sinônimo de acumular para depois distribuir. Porém considerando a mesma linha do pensar de Santos (2012), conclui que na prática isto não acontece na maioria das localidades. A riqueza gerada em certas regiões e ou por alguns grupos não foi distribuída e não é distribuída. Permanece concentrada em alguns poucos grupos, aumentando o distanciamento monetário entre regiões, povos e até mesmo países.

Sabe-se que a distribuição de recursos gerados por uma determinada região é fundamental para a promoção de desenvolvimento. Porém o mesmo precisa ser integrado aos atores locais de forma que possibilite uma distribuição conforme sua participação colaborativa no processo.

Segundo Vieira e Santos (2012), a forma de harmonização entre os recursos de uma determinada região, seja financeiro ou de bens materiais, desde que sejam empregados no aumento de produtividade, torna-se essencial para promover o desenvolvimento econômico de uma determinada localidade.

A quantidade de recursos financeiros ou bens materiais que possibilite o aumento da produção e da produtividade é importante para o desenvolvimento econômico, mas a melhor distribuição dos recursos possibilita a harmonização do desenvolvimento, contribuindo para a melhora da qualidade de vida. (VIEIRA e SANTOS. 2012, p. 348).

Para uma melhor utilização de recursos faz-se necessário uma ação de integração dos atores locais. Da mesma forma faz-se necessário uma visão holística sobre desenvolvimento regional, considerando suas várias perspectivas. Isto evidencia que não podemos analisar expectativas de desenvolvimento considerando apenas um viés. Para que crescimento econômico seja alcançado na sua plenitude, faz-se necessário a integração com o processo político.

No campo político o termo desenvolvimento é a regulamentação de ações, pois deve ser empregado na forma de estabelecer diretrizes públicas tais como: normas, leis, que fomentam programas voltados ao interesse dos indivíduos. Porém quando centramos nossos pensamentos nos primórdios da política desenvolvimentista, nos deparamos com as disputas macros, oriundas da guerra fria. Onde dois modelos econômicos disputavam posição de supremacia para o mundo.

Tal análise pode ser comprovada no trabalho de Santos (2012).

De um lado, a proposta de um desenvolvimento pautado nos princípios do liberalismo moderno, centrado na individualidade, na propriedade privada, na social democracia e no Estado-Provedor. Noutro, a proposta de um desenvolvimento pautado no pensamento marxista, com base na coletivização, na propriedade estatal, na justiça social e no Estado-Centralizado, porém, ambos na perspectiva de uma sociedade industrializada e urbanizada. O resultado dessa disputa ideológica proporcionou o surgimento do Estado do Bem Estar Social, que assume a responsabilidade imediata do bem estar de seus cidadãos, por meio de uma gama de serviços tais como: saúde, educação, previdência, habitação, entre outros. (SANTOS et al. 2012, p.52)

Considerando esta disputa ideológica, surge à necessidade de se estabelecer políticas para a promoção do bem estar do indivíduo. Assim, diante à preocupação com a condição de vida das pessoas, numa abordagem social, surge à necessidade crescente de se criar políticas que sejam direcionadas para a promoção de uma melhor condição de vida. Ou seja, maneira de minimizar desigualdades geradas pela distribuição de renda. Nesta abordagem, o Estado numa visão neoliberal deixa de ser total controlador do mercado, dando permitindo a este maior autonomia. Porém fica com a função de ser o regulador das operações econômicas, garantindo a promoção de um maior crescimento e do bem estar do indivíduo, que a partir da década de 80 passou a seguir parâmetros internacionais conforme explica Santos (2012).

O autor ainda destaca a dimensão política como uma ideologia é algo que precisa ainda ser muito trabalhado, nos tempos atuais soa como uma utopia.

Independente da categoria de análise, o desenvolvimento na perspectiva da dimensão política apresenta-se ao mesmo tempo como uma ideologia e uma utopia do mundo ocidental. Ele está relacionado a um sistema de crenças organicamente relacionado com redes institucionais constituídas (Banco Mundial, FMI, ONU, OMC), operando como sistema de classificação de povos, sociedades e regiões. (SANTOS et. al. 2012, p.53)

Conforme a observação do autor nota-se a necessidade de rever alguns pressupostos do modelo de desenvolvimento pautado somente em crescimento econômico. Necessita se buscar um esforço intelectual e político para introduzir o modelo político de desenvolvimento da era neoliberal. Com esta nuance, entra em cena a dimensão social no conceito de desenvolvimento, exigindo medidas alternativas focadas na melhoria da qualidade de vida, para minimizar as mazelas sociais, que vivemos nos tempos atuais.

O desenvolvimento sob o enfoque social vem reforçar a necessidade de integração com ações políticas para a promoção de bem estar e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Nesta concepção Sen (2000) relaciona a carência de oportunidades econômicas com a destituição social sistemática, total negligências de serviços públicos e assistência social. O autor relaciona ainda a falta de desenvolvimento com a perda de liberdade.

Na análise de Sen (2000), o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade, tais como a pobreza, a tirania em muitas regiões do globo. Assim define o autor que desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Desta forma não mais pode se pensar em medir desenvolvimento de um país ou de uma região tomando por referência somente índice do PNB (Produto Nacional Bruto) e ou do PIB (Produto Interno Bruto). Assim Sen (2000) explica que liberdade é uma forma de perceber desenvolvimento.

O Mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez até mesmo à maioria. Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédio para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico, (SEN. 2000, p. 18)

As questões sociais apontadas por Sen (2000) se estendem para muito além da carência de oportunidades econômicas, indo para a privação de necessidades mínimas que são essenciais

para a manutenção e promoção da vida humana.

Santos (2012), ao comentar o trabalho de Sen (2000), evidencia a importância de se definir questões sociais voltadas para o desenvolvimento como a alternativa para redimir as mazelas sociais.

O desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania. E isso inclui não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como alimentação, saúde e educação, mas também as liberdades associadas com a educação, a participação política, a proibição da censura, entre outras. Assim sendo, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das escolhas e das oportunidades do indivíduo, possibilitando uma vida longa, saudável, com acesso a recursos necessários para um nível de existência digno da geração atual e futura. (SANTOS. 2012, p. 55)

Diante do exposto sobre o que vem a ser desenvolvimento sob o enfoque social, evidencia-se que não basta simplesmente gerar renda em uma determinada região ou país. Esta renda precisa transformar a vida das pessoas, dando-lhes condições de viver dignamente garantindo ainda o direito de exercer sua cidadania.

Sob o enfoque ambiental do desenvolvimento, deve-se provocar uma discussão sobre os impactos das ações humanas voltadas para o processo de geração de riqueza e as consequências desastrosas para a natureza. Resultado da modernidade proporcionada pelas indústrias e pelas atividades produtivas da sociedade dita moderna, aliada ao modelo de desenvolvimento capitalista que entra em colapso na década de 70 e 80, conforme explica Santos (2012).

Para encontrar uma saída para o problema do modelo em uso na época, várias alternativas com o propósito preservacionista foi pensado, surgindo novos termos como: *ecodesenvolvimento*, que depois passou para a denominação de *desenvolvimento sustentável*. Ambos como sendo medidas alternativas para uma nova concepção de desenvolvimento. Entretanto a ideia por trás do termo não atendia aos interesses de países denominados terceiro mundo conforme explica Santos (2012).

Entretanto, o *ecodesenvolvimento* também não atendia as necessidades dos países do Sul que logo se manifestaram de forma crítica ao novo conceito apresentado. Para eles, as sociedades ocidentais depois de séculos de crescimento industrial acelerado e do esgotamento de seus recursos naturais querem impedir que países menos desenvolvidos tenham o direito de decidir sobre os seus recursos. (SANTOS. 2012, p. 56)

Assim sendo, nasce uma nova ordem sobre o pensamento desenvolvimentista, um terceiro viés, que busca satisfazer as necessidades atuais das organizações e da sociedade, porém sem deixar de preocupar com as futuras gerações.

Deste debate surge como proposta o conceito de *desenvolvimento sustentável*. Este é apresentado como uma espécie de terceira via do desenvolvimento, de modo a conciliar os interesses dos *desenvolvimentistas* - onde o crescimento e acumulação constituem princípios fundamentais do modelo, bem como, do *ecodesenvolvimento* - cujo conservacionismo e prudência ecológica são tidos como solução. (SANTOS. 2012, p. 56)

As transformações exigidas pela sociedade atual fortaleceu o conceito de desenvolvimento sustentável. Fato amplamente debatido em diversos eventos internacionais como na Conferência Rio-92 (Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD). A partir desta, estabeleceu-se um impasse, limitando o diálogo entre as partes sobre uma necessária relação entre políticas ambientais e de comércio, que culminou na liberalização do comércio internacional em conformidade com a proposta de desenvolvimento sustentável, conforme explica May (2003). Estas novas ações fez com que muitas organizações de porte mundial, fossem ampliar suas bases operacionais nos chamados países de terceiro mundo, incluindo o Brasil. Diminuiu-se assim a emissão de poluentes nos países de primeiro mundo, mas

fica a pergunta e como ficam as atividades para os países identificados como de terceiro mundo? As normatizações destes países e seus órgãos de fiscalização estão de fato preparados para a chamada era do Desenvolvimento Sustentável?

Na busca por respostas para estas e outras questões nos deparamos com as questões culturais e suas diversidades, que impactam de maneira decisiva nos projetos de desenvolvimento. Isto exige dos indivíduos maior organização considerando que os recursos são finitos e os desejos humanos infinitos, exigindo, portanto, racionalidade e definição de limites para o uso. (ROMEIRO. 2003, p. 01)

Para Rebelo [2007?], entender os fundamentos culturais de uma determinada localidade é primordial para compreender o processo de desenvolvimento local. A cultura enquadra uma estrutura antropológica e sociológica para descrever um conjunto de atitudes, crenças, valores e práticas comuns ou repartidos por um grupo étnico ou social. (REBELO, [2007?], p. 24).

O autor argumenta à importância de se entender as questões antropológicas e assim conclui:

A cultura, nesta perspectiva, é expressa em termos de valores e costumes fundamentais para o funcionamento de uma sociedade em particular, que evolui ao longo do tempo e à medida que é transmitida de uma geração para outra. Está aqui envolvido o conceito de capital cultural, que não deve ser consumido mas antes legado entre gerações, sendo necessário, para tal, assegurar a sua sustentabilidade como garante do próprio desenvolvimento econômico. (REBELO, [2007?], p. 24).

Entender a cultura de uma determinada sociedade permite uma maior compreensão sobre o seu estágio de desenvolvimento. Pois esta interfere de maneira decisiva no processo, facilitando ou atrasando as ações locais.

A cultura regional é definida por questões institucionais e sociais, e os fatores que podem ser considerados essenciais para a melhora da qualidade de vida em uma determinada região, podem não ter impacto semelhante em outra. (VIEIRA e SANTOS, 2012, p. 346)

As abordagens apresentadas pelos autores evidenciam de maneira sistemática a relevância de se compreender as ações, os valores e os costumes culturais regionais. Sem esta análise não se pode avaliar o processo local de desenvolvimento. Se o fizer corre-se o risco de cometer falhas e assim elaborar planos e ou ações equivocadas para uma determinada região.

Para Vieira (2009) o desenvolvimento regional é uma resultante da composição de tradições locais. Uma questão cultural e de valores de uma determinada região em que, com o passar do tempo, vão se consolidando e dando identidade a uma comunidade regional.

Qualquer análise sobre desenvolvimento que não considere as dimensões quanto aos aspectos, social, econômico, político, ambiental e cultural não será autêntico, pois estas áreas são interdependentes. Assim precisam ser analisadas no contexto multidimensional para que seja possível perceber e entender as ações e atitudes relacionadas ao desenvolvimento.

---

### **3. Método**

A pesquisa é desenvolvida sobre as dimensões do conceito de desenvolvimento focando os principais pontos teóricos de cada uma das cinco dimensões aqui apontadas, sendo: econômica, política, social, ambiental e cultural. Partindo do princípio que estas dimensões não são únicas e que as mesmas são muito abrangentes, optou-se por uma análise dos principais autores.

Desta forma, as multidimensões relacionadas ao tema central, desenvolvimento, está sendo associado a uma região em especial, no caso um município localizado no sul de Minas. Embora os conceitos ainda estejam focados no campo teórico, neste estudo não foi realizada nenhuma pesquisa de campo. Mesmo assim, acredita-se que este trabalho possa servir de incentivo para novos estudos que tenham como meta relacionar as muitas dimensões do processo de desenvolvimento.

Segundo LIMA e MIOTO, (2007), a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório. Desta forma atentou-se às dimensões do processo de desenvolvimento de maneira a apontar uma solução para a lentidão no processo de desenvolvimento da localidade em estudo.

O delineamento de trabalho adotado tem como premissa os conceitos teóricos sobre o tema e identificação da sua aplicação no contexto local. Assim a coleta de dados permaneceu no campo da pesquisa teórica.

A análise dos dados se deu com base nas definições teóricas apresentadas pelos autores, sendo comparado com as ocorrências locais de forma indireta considerando a observação do autor sem coleta de dados estruturados.

## 4. Resultados e discussão

Considerando a amplitude conceitual relacionado ao termo Desenvolvimento, dar-se a uma breve análise sobre a região sul mineira para entender a situação em que se encontra o município de Piranguçu, quanto ao Desenvolvimento local. As considerações serão feitas tomando por base as dimensões econômicas, sociais, política, ambiental e cultural presentes no município.

Antes de qualquer discussão, vale uma identificação da localização geográfica do município.



Mapa – 01 – Imagem adaptada do IBGE.

Piranguçu, com seus 203,619 Km<sup>2</sup> de área territorial (IBGE), localizado na mesorregião sul / sudoeste de Minas, apresenta um IDH de 0,685 (FJP), o que segundo a Instituição, coloca o município numa situação de desenvolvimento humano médio, com índices variando entre 0,600 – 0,699. Conforme gráfico 01, que apresenta a evolução do IDHM de Piranguçu, em comparação com os dados nacionais, nos anos de 1991, 2000 e 2010.

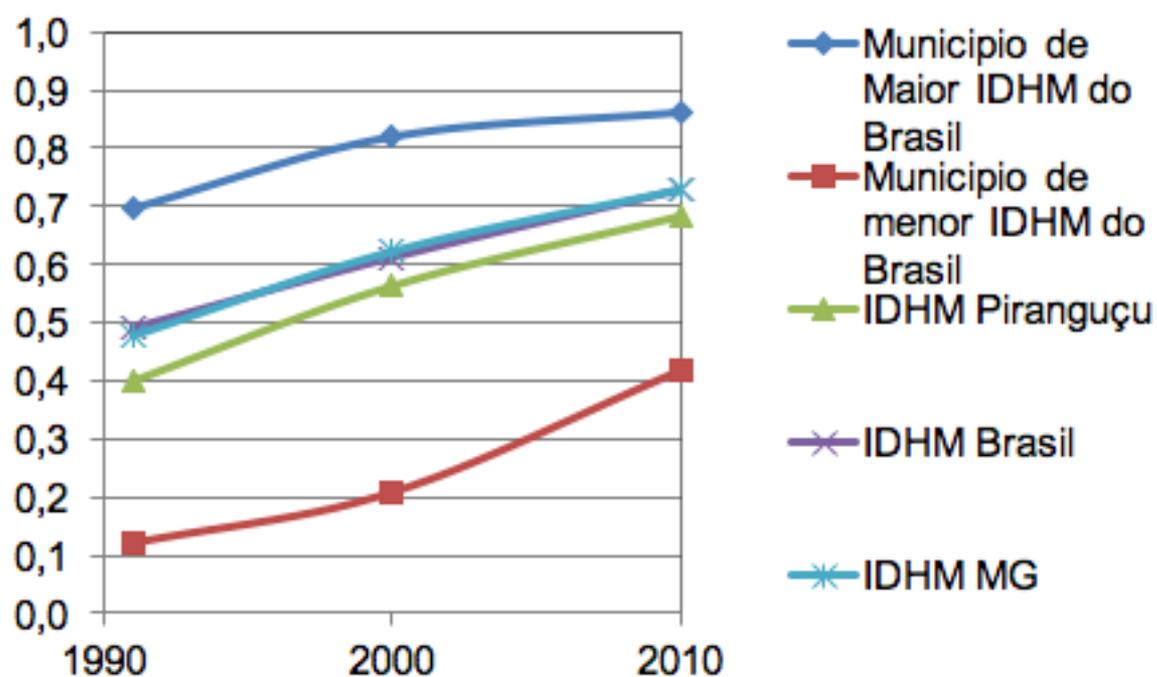


Gráfico 01. Elaborado pelo Autor. Fonte - PNUD, Ipea e FJP.

Conforme observamos no gráfico 01, os índices do município seguiram a tendência nacional. Percebe-se que houve também uma evolução de igual proporção nos índices de desenvolvimento tanto estadual quanto nacional, conforme tabela abaixo.

Tabela 01 – Quadro comparativo IDHM

Ano	Município de Maior IDHM do Brasil	Município de menor IDHM do Brasil	IDHM Piranguçu	IDHM Brasil	IDHM MG
<b>1991</b>	0,697	0,120	0,402	0,493	0,478
<b>2000</b>	0,820	0,208	0,565	0,612	0,624
<b>2010</b>	0,862	0,418	0,685	0,727	0,731

Fonte - PNUD, Ipea e FJP.

Este município tem no setor agropecuário a sua principal atividade econômica, contudo nos últimos anos vem se percebendo o incremento da atividade industrial, focadas na produção de doces, embora já sejam existentes no município outras empresas. Atualmente estas indústrias de doces totalizam 05 unidades. Sendo três de base familiar, outras duas apresentam um formato mais profissional, que somadas geram aproximadamente 110 vagas de empregos diretos.

Outros pontos que devem ser explorados e favorecidos com políticas públicas é o empreendedorismo. Pois muitos dos moradores locais se deslocam para cidades vizinhas em busca de emprego, considerando aqui a proximidade com a Cidade de Itajubá. Que é considerada cidade polo, com importantes empresas contando inclusive com organizações multinacionais. Assim aqueles que não se encaixam nestas grandes empresas acabam atuando nas organizações locais como explicito no gráfico a seguir.

Analisando sob o enfoque econômico, considerando os dados de 2010 para emprego temos a seguinte situação para Piranguçu.

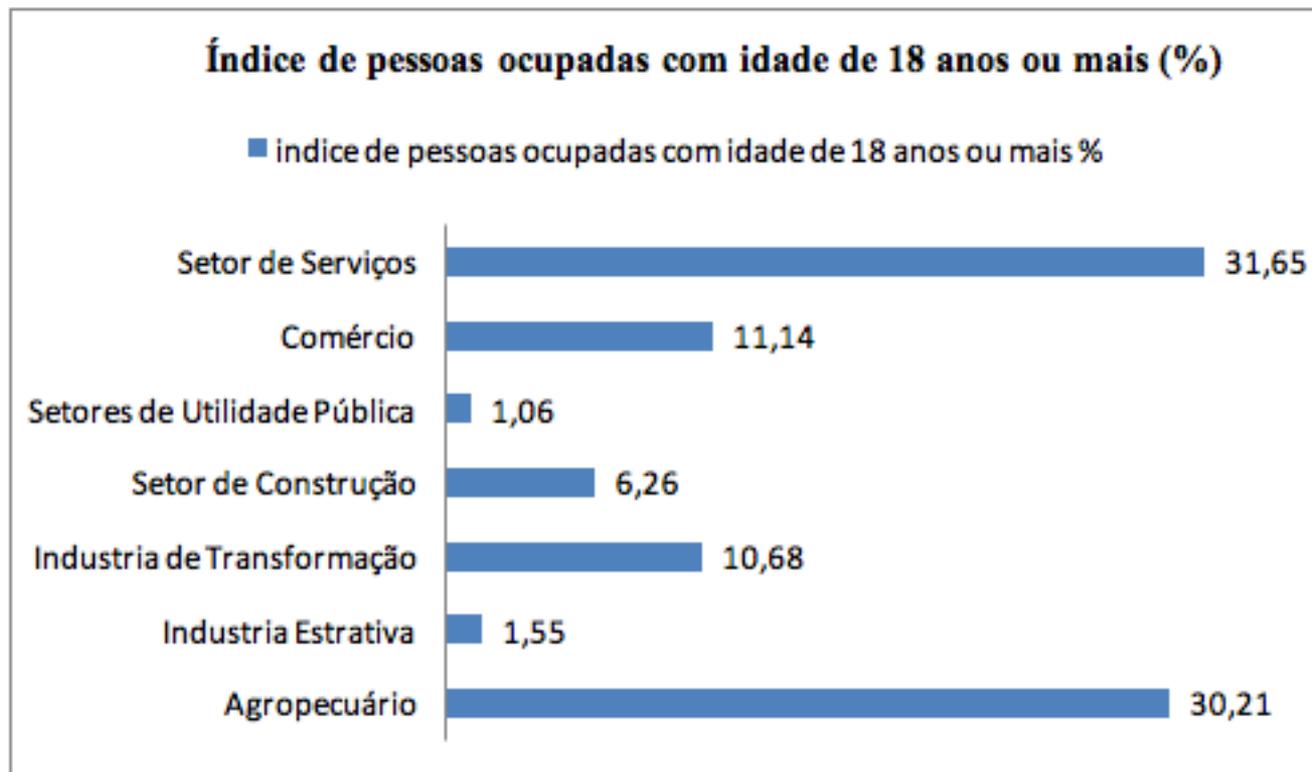


Gráfico 02 – Elaborado pelo autor. Fonte PNUD, [2012]

Considera-se a iniciativa empresarial fator muito positivo, respondendo por 10,68% da geração de emprego local. O que pode ser comprovado no comércio local, onde se percebe o surgimento de lojas de produtos diversos, respondendo por 11,14% das vagas de emprego. Porém ainda falta a ampliação das relações com o setor agropecuário, local para a produção de matéria prima. Que hoje atende cerca de 30,21% das oportunidade de emprego. Gerando desta forma o desenvolvimento de forma endógena, mesmo que seja ainda de forma tímida.

Esta ação da iniciativa privada, as indústrias de gêneros alimentícios, deve num curto espaço de tempo incentivar ações locais para a produção de matéria prima. Entretanto nos dias atuais estas empresas importam matéria prima de outros municípios gerando recursos fora. Condição esta, que precisa ser revista, porém considerando conceitos apresentados, faz se necessário estudar com maior profundidade as condições locais para que ocorra tal integração.

Considerando a necessidade de integração entre setores, Filho (2001) coloca como sendo a melhor possibilidade de fortalecer o desenvolvimento de forma endógena, ou seja, com os recursos produzidos pela própria região. O que é uma tendências no contexto econômico atual, fortalecendo Integração entre setores, aqui em especial, campo e agroindústria, e não importa se esta é de iniciativa privada ou emergiu com a participação de produtores rurais, em forma de associação ou cooperativa, precisa-se que esta ação seja incentivada pelo poder público.

Quanto ao aspecto político do desenvolvimento, considera-se que para isto é fundamental a participação da sociedade organizada que precisa acompanhar e se fazer presente junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, através dos seus representantes locais. Ponto positivo é que no município existem vários modos de representatividade. Uma delas é a AAPP, (Associação Agropecuária de Piranguçu –MG), tem ainda o CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, um importante órgão de representação do setor, que é o principal braço de apoio, que da validade às ações de programas do Governo Federal que nos tempos contemporâneos é a principal fonte de recursos dos pequenos municípios.

Estas ações políticas, não podem ser consideradas também de forma isolada, precisam estar em consonância com os interesses dos segmentos locais. Para isso precisam contar com o apoio do CMDR, importante e vital instrumento social para instrumentalização de propostas promotoras de politicas locais de inserção social. Promovendo desta forma ações que precisam se planejadas com a participação da sociedade para um horizonte de curto, médio e longo prazo. Sabe-se que no passado este órgão consultivo trabalhou a instalação de secadores de grãos, aquisição de patrulha agrícola, aquisição de tanques de resfriamento de leite, construção

de viveiro de mudas para atender a um programa de recuperação de nascentes, porém nos últimos tempos este programa passou por alterações e findou-se.

Entretanto o lugar em análise é permeado pela Serra da Mantiqueira, com muitas nascentes e áreas que impossibilitam a agricultura convencional devido à geografia, por outro lado pode e deve ser explorada com incentivo à agricultura familiar e voltado à agricultura orgânica. Sabe-se que estes produtos, os orgânicos, têm no mercado preço diferenciado. Desta forma pode se atender a duas vertentes: a primeira é a preservação do ambiente e a segunda é a geração de recursos financeiros com a atividade, além de ocupar a mão de obra local, evitando o êxodo rural, resgatando costumes e tradições da agricultura de montanha.

Mas pensar sobre desenvolvimento é ir além, é transcender a barreira do individualismo, é pensar no outro, é resgatar e preservar costumes. Entender os costumes e tradições é descobrir os caminhos que irão possibilitar ações locais para desenvolvimento.

As atividades e os comportamentos facilitam a identificação da capacidade para uma convivência coletiva. Permite assim identificar o porquê que uma localidade consegue trabalhar de forma associativa e em outras localidades esse modelo é moroso.

Considerando Vieira, (2009) pode-se verificar que:

Uma atuação mais direta dos indivíduos contribui para a formação de um capital social, resultante do clima de confiança estabelecido pelos membros de uma comunidade. Os contatos sociais entre os membros de uma determinada sociedade, além das questões econômicas, com a disponibilidade dos sujeitos para atender às necessidades da coletividade e, conseqüentemente, ocorrer o desenvolvimento. (VIEIRA, 2009, p.20)

O autor na sua explicação nos evidencia que a individualidade enfraquece o poder da sociedade, além de não produzir capital social. Desta forma pode-se entender que as decisões que servem aos interesses coletivos, em muitas situações são deixadas em segundo plano, pois não há manifestação, ou quando existe, esta não tem o peso necessário para influenciar as políticas públicas locais.

Ter uma sociedade mais participativa é fator fundamental para a geração de capital social, ou seja, conhecimentos gerados pelas experiências dos indivíduos no seu convívio coletivo, considerando seus costumes, suas tradições, seus valores e princípios. Assim, é evidente que entender o processo cultural de uma localidade é fundamental para identificar seu modelo e sua capacidade de se desenvolver.

---

## **5. Considerações finais ou Conclusão**

Diante das dimensões relacionadas ao processo de desenvolvimento local, é possível identificar a necessidade de se integrar as ações quanto aos aspectos aqui analisados. Os enfoques Econômico, político, social, ambiental e cultural, do desenvolvimento no município não acontecem de forma integrada. Neste estudo não foi identificado nenhum projeto local que seja voltado para o desenvolvimento do município.

Embora exista na administração pública um Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente, e um escritório de apoio da EMATER MG, percebe-se a falta de ações que consigam realmente atender as necessidades dos agricultores locais, para o desenvolvimento. Atualmente as ações do Departamento que sejam mais diretas estão restritas a oferecer alguns poucos serviços de patrulha mecanizada, porém esta atividade vem diminuindo de forma gradativa. Também tem uma associação agropecuária – AAPP. Esta teve no passado algumas ações integradas com o SENAR, para capacitação de produtores locais, mas nos últimos tempos tem se ocupado mais em realizar a exposição agropecuária local. Neste ano de 2015 aconteceu a 32ª festa.

Esta festa tornou-se o maior evento local, com exposição de gado e torneio leiteiro. Quando de sua criação o propósito era de fomentar a atividade leiteira e promover o associativismo, porém com o passar dos anos, percebe-se que quase nada nesse contexto aconteceu. A AAPP não consegue manter-se, sem a ajuda financeira do poder público.

Diante das percepções locais entende-se que as ações municipais foram somente no sentido de atender o que se estabeleceu nas esferas superiores. Embora exista uma comunidade com grandes potenciais produtivos, e órgãos representativos não se percebem ações no sentido de se criar um plano de desenvolvimento local de longo prazo. Da mesma forma não se nota ações da sociedade para solicitar ações que venham ao encontro da necessidade local. Existindo assim uma acomodação das partes. Portanto é necessário despertar o desejo local para que aconteça um processo de desenvolvimento, e que este seja pautado no sentido amplo, considerando pelo menos estas dimensões aqui estudadas.

---

## Referências

- DALLABRIDA. V. R; BECKER. D. F. (Org.) **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**: Cap. VI – Dinâmica Territorial do Desenvolvimento. Santa Cruz do Sul. Edunisc. 2003, p. 175 – 213.
- FILHO. J do. A. IPEA. **A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local**. Planejamento e Políticas Públicas nº. 23. jun 2001
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**. Disponível em: < [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/pirangucu\\_mg](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/pirangucu_mg) > Acesso em: 09 de setembro de 2015
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: Cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=315090>> Acesso em: 09 de setembro de 2015
- LIMA. T. C.S; MIOTO. R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. 1, p. 37-45, 2007.
- MAY. P. H. Comércio Agrícola e Meio Ambiente na América Latina. MAY. P. H LUSTOSA. M. C; VINHA. V. da (Orgs.) **Economia do meio ambiente**: Teoria e Prático Ambiente. Cap 8. 4ª ed. Rio de Janeiro. Elsevier. 2003
- PEREIRA, L. C. B. **Desenvolvimento e Crise no Brasil 1930 – 1983**. São Paulo. Brasiliense. 1982
- PNUD. Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em: < [http://www.pnud.org.br/idh/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li\\_IDH](http://www.pnud.org.br/idh/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH) > Acesso em: 09 de setembro de 2015
- REBELO. J; CORREIA. L; CRISTÓVÃO. A. **Redes Culturais e Desenvolvimento Local**: a experiência da comum. Disponível em: < <http://www.apdr.pt/siterper/numeros/RPER15/15.2.pdf> > Acesso em: 13 de setembro de 2015
- ROMEIRO. A. R. Economia ou Economia Política da Sustentabilidade. MAY. P. H; LUSTOSA. M. C; VINHA. V. da (Orgs.). **Economia do meio ambiente**: Teoria e Prática. 4ª ed. Rio de Janeiro. Elsevier. 2003
- SANTOS, E. L. et al. **Desenvolvimento: um conceito multidimensional**. Revista eletrônica do programa de mestrado em desenvolvimento regional da Universidade do Contestado. DRd - Desenvolvimento Regional em Debate. Ano 2, n. 1, jul. 2012. Disponível em: <[http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1858/1/ART\\_ElinaldoSantos\\_2012.pdf](http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1858/1/ART_ElinaldoSantos_2012.pdf) > Acesso em: 31 de agosto de 2015
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.
- VIEIRA. E. T. **Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional: O Vale do Paraíba Paulista na Segunda Metade do Sec. XX**. 2009. 177 f. Tese. (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São

Paulo, 2009.

VIEIRA. E. T.; SANTOS. M. J. dos. **Desenvolvimento Econômico Regional: uma revisão histórica e teórica.** G & DR. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. V.8, n. 2. p. 344-369, mai.– ago./2012. Taubaté, SP, Brasil

---

1. Doutor em História Econômica pela USP. Economista e Professor do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté e do Centro Universitário Modulo

2. Administrador e Mestrando no programa de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento Regional pela UNITAU. Universidade de Taubaté. SP. [alx.ribeiro@gmail.com](mailto:alx.ribeiro@gmail.com)

---

Revista ESPACIOS. ISSN 0798 1015  
Vol. 38 (Nº 21) Año 2017

[Índice]

[En caso de encontrar algún error en este website favor enviar email a [webmaster](mailto:webmaster)]

©2017. revistaESPACIOS.com • Derechos Reservados